



Campanha Nacional dos Bancários 2009

Texto ao 5º Congresso dos Bancários de Brasília

Julho/2009

1. A Crise Internacional e o Brasil

A crise econômica internacional, que veio à tona a partir de meados do segundo semestre de 2008, constitui-se na maior crise do sistema capitalista, desde a crise detonada com a queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. A crise é global e atinge praticamente todos os países e regiões do mundo. Sua duração e intensidade ainda são incertas e seus efeitos se apresentam diferentes de país para país, de região para região. No final de novembro de 2008, somente nas bolsas mundiais as perdas foram avaliadas em US\$ 29 trilhões. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) avalia que 20 milhões de homens e mulheres poderão perder seus empregos em função da crise. Trilhões de dólares já foram gastos em pacotes de salvamento de bancos, além de investimentos dos governos, representados por cerca de 40 países em todo o mundo.

Embora a crise tenha se apresentado como o estouro da bolha do mercado imobiliário norte-americano e a quebra do tradicional banco de investimentos *Lehman Brothers*, seus antecedentes remontam ao processo de desregulamentação do sistema financeiro mundial, a partir da hegemonia neoliberal. A acumulação de capital fictício, apoiada nos déficits fiscais e nas inovações financeiras, impôs uma lógica de rentabilidade insustentável e fictícia, que começa a ser desmontada com a crise. A intensa mobilidade do capital em busca das regiões de menor custo (salários, impostos, crédito e infra-estrutura) visava atingir níveis de rentabilidade das finanças internacionais descolada do setor produtivo. É, portanto, a crise de um padrão de acumulação liderado pelas finanças, submetido pela hegemonia do pensamento neoliberal. Essa corrente de pensamento concebeu aos países a adoção do ideário de políticas liberalizantes e de abertura de mercados, privatizações de empresas públicas, além de encaminhamentos no sentido da desregulamentação e flexibilização na mobilidade do capital e nas regulamentações que oferecem proteção às relações de trabalho.. Era a política do “Estado Mínimo”, caracterizada por menos intervenção do Estado e por mais liberdade para a atuação das forças de mercado.

Com a crise, o Estado voltou à cena. Os governos começaram a adotar ou a aprimorar mecanismos de controle e monitoramento das transações financeiras. Em alguns casos, os grandes bancos e empresas sucumbidos à falência foram estatizados. As instituições multilaterais, notadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, aos serem atropelados pela crise, passaram a ter suas estruturas e seu funcionamento questionados, principalmente pelos países em desenvolvimento, que tem reivindicado, já há algum tempo, maior participação no processo decisório desses mesmos organismos internacionais. Isso, no entanto, não afetou a hegemonia do capital liderada pelos Estados Unidos e a União Européia. Na ótica do capital, uma intervenção maior do Estado é vista como solução incômoda e transitória (diga-se, nos momentos de crise e quando lhe são convenientes). Apesar disso, a agenda mundial abriu possibilidades de mudanças que podem ser aproveitadas pelos atores sociais que defendem e representam o mundo do trabalho.

Entre os desafios e oportunidades colocados por esta nova conjuntura, convém destacar:

- i) A revisão do papel dos organismos internacionais;
- ii) A regulamentação do sistema financeiro mundial;
- iii) A adoção de controle ao fluxo de capitais;
- iv) A ampliação de políticas de proteção social;
- v) A taxação sobre os mais ricos;



- vi) A adoção de políticas em prol do salário e do emprego decente;
- vii) A preservação do meio-ambiente, a partir do desenvolvimento socioeconômico sustentável;
- viii) A promoção da igualdade de oportunidades.

Neste contexto, o Brasil, junto com outras potências emergentes tais como a China e a Índia, podem e devem desempenhar um papel importante apontando para um novo modelo de desenvolvimento econômico com sustentabilidade e promoção social.

O Brasil foi duramente afetado pela crise. O primeiro problema enfrentado foi a restrição do crédito e a queda da confiança das empresas e investidores. Novos investimentos foram revistos, afetando principalmente o setor industrial e os setores dependentes do crédito externo. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 3,6% no 4º trimestre de 2008 e seguiu com uma ligeira queda no primeiro trimestre de 2009 (-0,8%). Houve também queda do número de empregos formais entre novembro e janeiro de 2009. A queda do comércio mundial afetou em cheio o Brasil, representando o fim dos grandes superávits comerciais e o aumento do déficit nas transações correntes. A saída de capitais significou, num primeiro momento, a desvalorização do real. O cancelamento de linhas de crédito no exterior afetou setores como o de exportação e o agrícola. Tudo isso representou queda na demanda de vários setores, em especial no de bens duráveis. A primeira reação do Banco Central também foi o do aumento da taxa de juros.

Apesar disso, na história recente, é a primeira vez que o Estado brasileiro não representa um entrave ao enfrentamento da crise. Ao contrário, foram adotadas iniciativas de ampliação do investimento e do crédito na economia. De fato, os instrumentos públicos de intervenção econômica (Banco do Brasil, CEF, BNDES, Petrobras, BASA, BNB, além dos bancos públicos remanescentes das privatizações) têm sido fundamentais na travessia e superação do cenário de crise.

No entanto, o que explica a resistência maior da economia brasileira neste momento é o dinamismo do mercado interno, que tem sido o motor do crescimento da economia brasileira nos últimos anos. O nível das reservas cambiais existentes no país ainda é alto e gira em torno de US\$ 200 bilhões (em junho de 2009 superou-se o patamar anterior à crise). Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm tido papel fundamental nas áreas de infra-estrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento. A diversificação das exportações brasileiras também tem contribuído no sentido de minorar os efeitos da redução do comércio global.

O governo Lula tem sido pró-ativo ao adotar várias medidas para ampliar o crédito e alavancar a economia. Podemos destacar a redução de compulsório dos bancos; o incentivo à construção civil e o pacote habitacional para construção de um milhão de casas; a expansão do financiamento do investimento e da produção; as desonerações e incentivos fiscais; o estímulo para aumento do crédito – redução IOF; a renovação da redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) dos automóveis, além da chamada linha branca e construção civil. Além disso, a adoção de medidas provisórias também permitiu ampliar a capacidade de ação dos bancos públicos no mercado. Nesse contexto, foi criada a Caixa Banco de Investimento; no Banco do Brasil, a mudança da direção executiva da instituição engendrou a queda dos juros e a ampliação do crédito em diversas linhas..

Como resultado, a economia já apresenta sinais de recuperação em 2009. A produção industrial apresentou crescimento de 1,3% em maio de 2009. No mesmo sentido, o emprego formal cresceu nos primeiros três meses de 2009, abrindo mais de 100 mil novas vagas somente no mês de maio. A venda de veículos novos bateu recordes de vendas; além disso, a venda de outros bens duráveis - também beneficiados pela redução do IPI – minorou os efeitos negativos da queda das exportações e, sobretudo, manteve milhares de empregos nestes setores.



2. Desafios para o movimento sindical e a CUT

Todo o movimento sindical tem que reagir à crise e lutar para ampliar as conquistas sociais e defender os interesses dos trabalhadores. Por isso, é tão importante buscar a unidade com todos os setores do movimento sindical e social para não permitir retrocesso e continuarmos obtendo conquistas tanto para a sociedade brasileira quanto para os trabalhadores em cada acordo coletivo.

Essa busca da unidade tem pautado a ação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que tem organizado marchas e outros eventos em conjunto as principais centrais sindicais. Isso não elimina as diferenças entre as centrais. Ao contrário, demonstra a maturidade do movimento e a necessidade de estabelecer lutas conjuntas pontuais e em cada conjuntura, potencializando assim a força da classe trabalhadora em seu conjunto.

Nestes tempos de crise e de intensa disputa política, algumas ações recentes do movimento sindical Cutista ganham relevância. A conduta da CUT tem se pautado sempre por princípios históricos que deram origem à Central, mas é exatamente nos momentos de maior dificuldade que nosso papel é mais cobrado e, se respondemos à altura de nossas responsabilidades, é quando mais destaque tem.

No final do ano passado, quando não havia mais nenhuma dúvida de que a crise chegaria com intensidade ao Brasil, a CUT desempenhou com bravura sua tarefa de defender os interesses e os direitos da classe trabalhadora. O primeiro passo foi produzir uma plataforma de propostas, intitulada "Os Trabalhadores e Trabalhadoras não Pagarão Pela Crise", que tem guiado as ações do movimento sindical cutista. Essas propostas foram levadas ao governo federal e ao Congresso, numa mobilização que reuniu mais de 35 mil trabalhadores em passeata por Brasília, na companhia das outras centrais, em dezembro.

No início de janeiro, a CUT se opôs de forma enérgica a uma proposta da Fiesp, endossada por parte do movimento sindical não-cutista e docemente embalada pela grande mídia, de cortar salários dos trabalhadores de todos os setores, de forma indiscriminada, com o argumento chantagista de que, se assim não fosse, a outra saída seria demissões em massa - 3 milhões de brasileiros nos quinze dias que se seguiriam, segundo os mentores do tal acordo.

A oposição da CUT implodiu a proposta patronal. A Central começou então uma ofensiva em todas as regiões do país através de nossos sindicatos, para denunciar que a imensa maioria das empresas e todos os setores haviam acumulado excedente de capital nos anos de crescimento econômico e que, portanto, deveriam usar essa gordura para achar outras alternativas às demissões. Essa ofensiva incluiu centenas de paralisações e greves por todo o país, em empresas pequenas e em multinacionais, grandes mobilizações de rua e intensa panfletagem. Conseguiu-se barrar muitas demissões.

Embalados por essa mobilização de base, trabalhamos intensamente para cobrar governo e empresários a adotar medidas que protegessem os empregos e os salários, sabidamente as maiores armas para o fortalecimento do mercado interno e a consequente superação da crise. Algumas dessas propostas, já adotadas, mostram resultados. Uma delas, é a de que todo o incentivo fiscal ou investimento público só sejam realizados mediante exigência explícita de manutenção do nível de emprego nas empresas ou setores beneficiados. No setor automotivo, submetido a essa exigência, estamos observando contratações e recordes de venda. A mesma exigência foi estendida às fabricantes de motocicletas. Estamos cobrando que essa medida, que batizamos de contrapartidas sociais, sejam estendidas a todo o investimento produtivo com recursos públicos.



A postura da Central em defesa da Petrobras e de uma nova lei do petróleo, que acabe com os leilões das jazidas, que garanta a soberania nacional sobre a camada pré-sal e que destine os recursos que dela vão se originar para políticas públicas que eliminem a dívida social do país, é outro exemplo recente de nossa luta.

A FUP (Federação Única dos Petroleiros), filiada à CUT, e diversas entidades filiadas puxaram uma primeira grande mobilização, nas ruas do Rio de Janeiro no dia 21 de maio, que deu origem a outras 16, em grandes capitais. Um dos aspectos mais impressionantes dessa luta é a unidade com os movimentos sociais e com as principais centrais, algo que se repete nas campanhas pela reestatização da Embraer e da Vale.

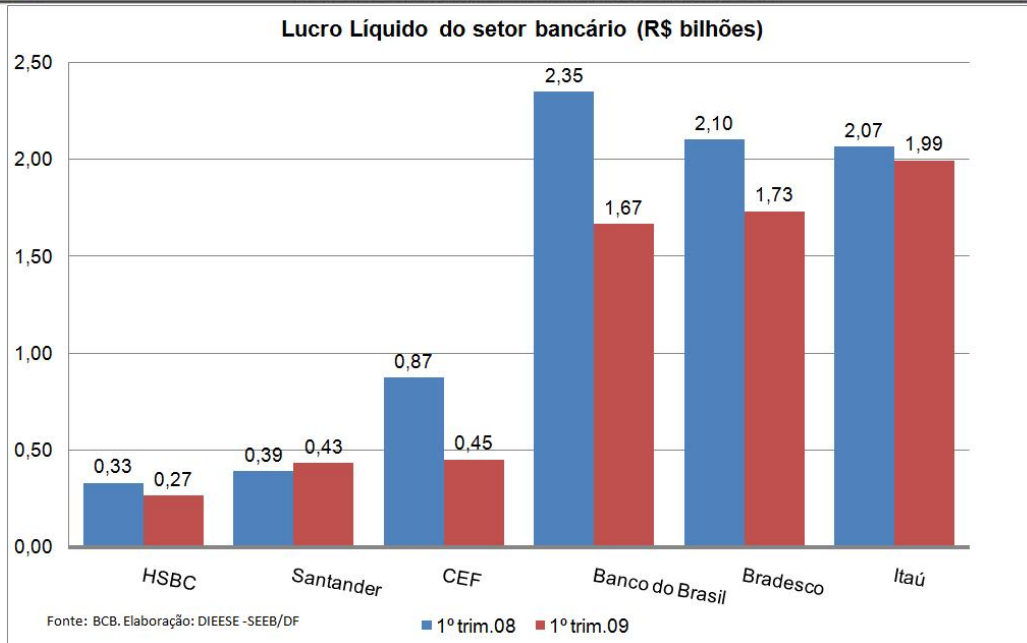
Em meio à crise, em consonância com o que já vinha fazendo antes, a CUT pressionou o governo a manter o compromisso de reajustes e de reestruturações de carreira dos servidores federais, contra todas as pressões de setores conservadores e de setores do próprio governo.

É essa CUT, que tem maturidade para fazer proposições, negociar e mobilizar os trabalhadores, que sairá ainda mais fortalecida na disputa pela hegemonia, do nosso 10º Congresso Nacional, que acontece de 3 a 7 de agosto, em São Paulo, com a presença de quase três mil delegados. Lá, o principal desafio será consolidar a estratégia Cutista para, nos próximos anos, construir o cenário pós-crise, em que novos instrumentos e políticas enterrem definitivamente os resquícios neoliberais não só no Brasil, mas com a unidade das esquerdas, também em nosso continente.

3. Lucro dos bancos e negociações salariais

Os bancos no Brasil, mesmo com a crise, tiveram lucratividade expressiva no primeiro trimestre de 2009. Dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) indicam que os 50 maiores bancos registraram lucro líquido de R\$ 7,5 bilhões de janeiro a março. O conglomerado Itaú Unibanco está no topo da lista com mais de R\$ 2 bilhões. Em seguida vêm Bradesco e Banco do Brasil com praticamente R\$ 1,7 bi cada; Caixa Econômica Federal (R\$ 450 milhões); Santander (R\$ 430 milhões); e, HSBC (R\$ 270 milhões). Embora tenha havido menor lucratividade em alguns bancos se comparados com igual período de 2008, o setor continuou auferindo rentabilidade altíssima – GRÁFICO 2. Ou seja, não há justificativa para que os ganhos dos bancos não sejam repartidos com os bancários na forma de aumento real de salários, pagamento de PLR, auxílio-educação, além de outras reivindicações.

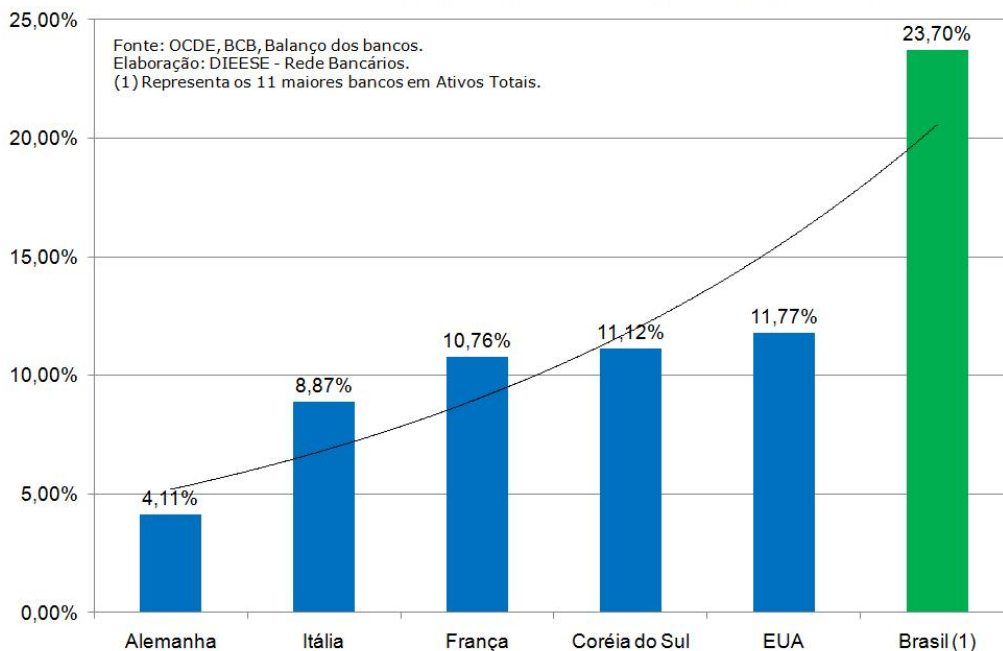
GRÁFICO 1



Obs.: Lucro líquido dos seis maiores bancos por ativos totais.

GRÁFICO 2

Rentabilidade (LL/PL) dos bancos em 2007- países selecionados x Brasil

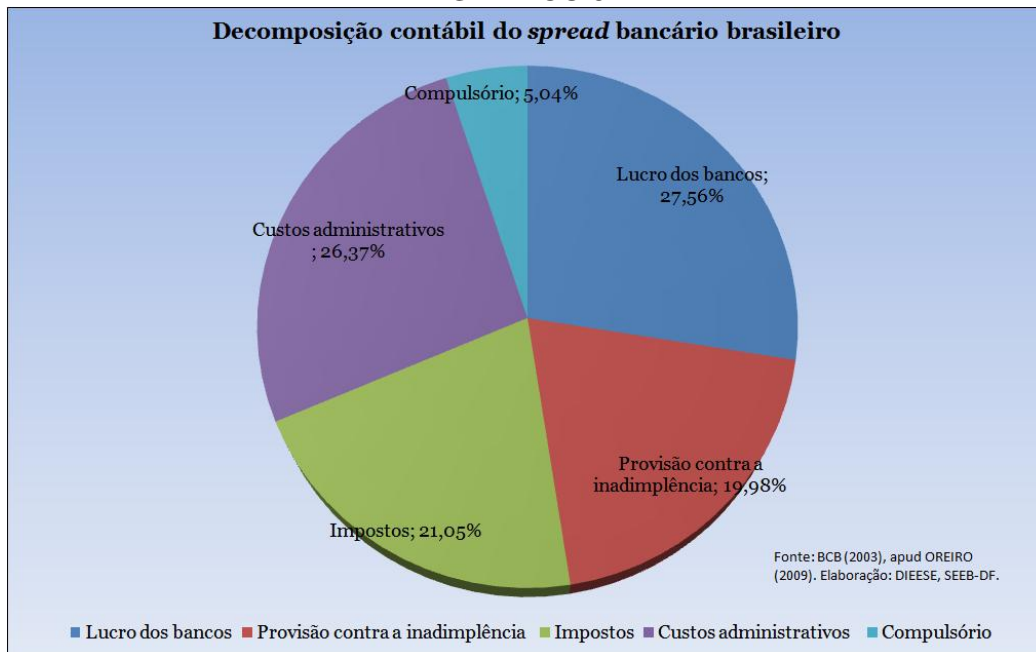


Os resultados dos bancos, mesmo levando em conta a turbulência econômica e seus efeitos devastadores, foram obtidos através da manutenção de taxas altíssimas de *spread* (diferença percentual entre o valor de captação no mercado e o que cobra de seus tomadores de empréstimos) – GRÁFICO 3. Além disso, os bancos continuam com uma política trágica, baseada na exploração dos funcionários, por meio de um modelo operacional marcado pela pressão por resultados e metas, na cobrança de tarifas e juros abusivos e, em alguns casos, na redução de postos de trabalho. Em



estudo recente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), em parceria com Dieese, apontou que somente no primeiro trimestre de 2009 os bancos fecharam 1.354 postos de trabalho. O salário médio também foi reduzido e a diferença entre os bancários contratados e desligados chegou a 54,45%, revelando uma rotatividade abusiva e injustificada de mão-de-obra que atinge a todos, mesmo entre aqueles com alta escolaridade.

GRÁFICO 3



No Distrito Federal, onde a presença de bancos públicos tem um impacto decisivo nos números de empregos, houve estabilidade no mesmo período (314 desligamentos e 297 admissões). No DF, o que se observa é a necessidade de contratação de mais funcionários pelos bancos públicos, que – embora tenham contratado nos últimos anos através de concursos públicos – o fizeram de forma insuficiente, acarretando a deterioração das condições de trabalho e de saúde dos seus empregados.

Nas negociações coletivas, de acordo com os dados do Dieese de janeiro a junho de 2009, 78% dos acordos coletivos negociados renderam reajustes acima da inflação (INPC-IBGE). Para o Departamento, o resultado das negociações foi influenciado pela inflação e não pela crise econômica global, já que os ajustes foram mais acentuados via emprego do que pelo salário. Em muitos casos, as empresas demitiram antecipadamente em função da crise, e aqueles que permaneceram empregados tiveram reajustes igual ou superior à inflação. Por outro lado, outras empresas usaram oportunisticamente a crise para não conceder reajustes e benefícios melhores, além de ameaçar a classe trabalhadora com as possibilidades de demissões.

No setor de serviços, onde se enquadram os bancos, as categorias que conseguiram aumento real, no mesmo período, passaram de 71% para 78%. Os reajustes iguais à inflação aumentaram de 14% para 18%, e apenas 4% tiveram perdas salariais. Tudo isso corrobora com a tese de que os bancos não têm justificativa aceitável para não atender às reivindicações da categoria bancária, tendo em vista que a situação econômica das instituições financeiras brasileiras tem se mostrado muito mais estáveis e confortáveis que os demais setores da economia.



4. A Contraf e a Campanha Nacional dos Bancários 2009

A Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) saiu de seu 2º Congresso, em abril, fortalecida e com a nova direção eleita por aclamação. Este último Congresso demonstrou a força da Central Única dos Trabalhadores no movimento sindical bancário e o acerto da visão estratégica da unidade da categoria.

A Contraf foi reconhecida oficialmente e sua história traduz a luta dos bancários por uma organização nacional durante mais de duas décadas. Embora tenha sido criada com este nome em 2006, desde 1992 que os bancários contam com uma confederação nacional combativa e de luta. Naquele momento, foi criada como Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT). Na época, já representava a maioria dos bancários do país e estava na direção dos maiores sindicatos.

Hoje são cerca de 110 sindicatos e 9 federações representando mais de 90% da categoria, o que faz da Contraf uma entidade única e referência para as demais categorias e entidades Cutistas. Por isso o registro sindical concedido no ano passado à Contraf e o último Congresso representam um marco e o coroamento de mais de mais de 20 anos de lutas que teve início em 1986 com o Departamento Nacional dos Bancários da CUT (DNB-CUT).

A construção do ramo financeiro, unificando bancários, financiários, cooperativários, e os demais trabalhadores de instituições financeiras é um dos grandes desafios de hoje para a Contraf e também uma de suas principais prioridades. Os bancários são hoje pouco mais de 450 mil em todo o país. Juntos com os demais trabalhadores do ramo, teremos uma categoria com mais de 1 milhão de trabalhadores aumentando nossa força e organização. Este objetivo é fundamental em um setor onde os grandes bancos dominam quase todo o setor, usando sua estrutura de conglomerados para enfraquecer nossas conquistas e organização sindical.

No último Congresso foram aprovadas inúmeras propostas vinculadas aos seguintes temas e bandeiras de lutas:

- Remuneração e Emprego;
- Saúde e Condições de Trabalho;
- Igualdade de Oportunidades;
- Gênero, Raça e Orientação Sexual;
- Juventude;
- Aposentados;
- Segurança Bancária

Para a CUT a unidade dos trabalhadores sempre foi chave para as conquistas e a história de resistência do movimento sindical. Para a Contraf/CUT, a organização de todos trabalhadores do ramo financeiro está apenas começando e mesmo que entre os bancários sua presença enquanto força política seja quase que absoluta, o papel desempenhado pela Confederação tem sido o de buscar a unificação com todos os outros setores que representam os bancários uma vez que o objetivo maior é o avanço das conquistas e de uma organização sindical cada vez mais forte e representativa.



5. O papel do sistema financeiro e dos bancos

Desde a discussão sobre a regulamentação do Artigo 192 da Constituição de 1988 para regular o sistema financeiro, que o movimento nacional dos bancários tem debatido a questão e apresentado propostas, insistindo para que esse sistema seja voltado para o desenvolvimento econômico e social do país e não para a acumulação de lucros crescentes, como vem ocorrendo nas últimas décadas.

A crise internacional recolocou o tema da necessidade de regulamentação do sistema financeiro novamente na agenda dos governos. Assim, é essencial retomar este debate junto com toda a sociedade e apresentar nossa visão e propostas sobre o papel das instituições financeiras. Em seu último congresso, a Contraf debateu intensamente este tema e definiu os seguintes parâmetros para a regulamentação do Artigo 192:

1. Desenvolvimento da economia baseado no direcionamento do crédito produtivo. Discutir volumes, custos e setores a serem atingidos por operações de crédito obrigatórias. Promover políticas de crédito direcionado com juros regulados a exemplo do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), que tem com funding a poupança e vem sendo alvo de propostas por parte do governo e dos bancos.
2. Concessão de garantias de redesconto e assistência à liquidez de operações de crédito de segmentos a serem incentivados.
3. Criar regras para a atuação dos bancos públicos e de sua relevância econômico social, considerando suas peculiaridades em relação ao setor privado. Criar regras mais adequadas ao desenvolvimento do segmento de cooperativas até que elas atinjam pelo menos 30% do SFN.
4. A regulação da atividade das instituições bancárias estrangeiras no país deve se subordinar a objetivos nacionais, principalmente no que diz respeito à remessa de lucros para o exterior.
5. Menor independência do Banco Central, através da ampliação do Conselho Monetário Nacional e diversificação dos objetivos macroeconômicos a serem perseguidos. Não ficando a instituição restrita ao objetivo de cumprir metas de inflação ou ainda legislando sobre o SFN através de resoluções. O Banco Central deverá ter como objetivo questões sociais com metas para geração de emprego e renda.
6. Assegurar regras e condições adequadas para a supervisão bancária.
7. Regular a remuneração dos altos executivos. A elevada remuneração variável atribuída pelo mercado a estes cargos tem incentivado a prática de operações cada vez mais complexas e arriscadas nos mercados de capitais.
8. Criar uma ouvidoria onde todas as reclamações sejam encaminhadas.
9. Participação dos trabalhadores nos conselhos de administração de todas as instituições financeiras.
10. Diminuição das barreiras à entrada que permitam o aumento da concorrência no setor a partir da recriação e desenvolvimento de bancos regionais e municipais.
11. Estabelecimento de regras concorrenciais que possam proteger efetivamente à sociedade e os trabalhadores no caso de fusões e aquisições.



12. Regulação específica para os cartões de crédito abrangendo a compensação e as tarifas praticadas.

Mesmo entendendo que num país capitalista as empresas voltem-se a dar lucro a seus acionistas, o Sistema Financeiro Nacional tem responsabilidades que deve assumir no financiamento do desenvolvimento do país, no desenvolvimento social e econômico, na melhora da qualidade de vida e de rendimentos de seus funcionários e no melhor atendimento à população brasileira.

A importância dos bancos públicos é vital neste debate. No Brasil, suas funções que os tornam importantíssimos para o desenvolvimento nacional e para a regulação do sistema financeiro, entre elas: financiar o desenvolvimento; prover crédito a taxas mais baixas e forçar a concorrência entre as empresas financeiras; financiar setores específicos e essenciais para o país como a agricultura e a habitação; prover crédito de longo prazo a taxas competitivas; e servir como agente do governo para conter especulações.

No atual governo, guardadas as devidas proporções e limites, o BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, vem há algum tempo cumprindo esse papel inclusive na sustentação e repasse financeiro das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula. É preciso continuar pressionando o governo e combatendo os resquícios de setores de algumas destas instituições que preferem seguir os ditames do mercado e da competição privada. Tal postura não só exclui clientes e usuários de baixa renda do banco, mas também expõe seu corpo funcional às formas mais perversas de exploração, assédio e desrespeito, fazendo valer a política de metas e a lógica da rentabilidade a todo custo.

Por último, cabe destacar que a onda de fusões e aquisições no sistema financeiro internacional também tem atingido o sistema financeiro nacional tanto privado quanto público. O último exemplo disso foi a fusão do Itaú com o Unibanco. A pretexto de atuarem de forma mais competitiva, na verdade, as fusões e aquisições representam uma brutal concentração do setor com a formação de oligopólios para ganho de escala. Infelizmente, tanto lá fora quanto aqui tal processo tem ocorrido à revelia dos interesses da sociedade e muitas vezes prejudicando os trabalhadores envolvidos. Faz-se necessário um maior rigor na fiscalização do Banco Central em relação a tais processos, de forma que a sociedade seja beneficiada e não o contrário. O movimento sindical também precisa estar atento a tais processos e cobrar dos grandes conglomerados o respeito à cultura interna das empresas e a manutenção dos direitos e benefícios de todos os trabalhadores envolvidos.

7. A unidade da categoria e as conquistas da campanha articulada nacionalmente

A consolidação de uma campanha articulada nacionalmente nos últimos anos e o Contrato Coletivo Nacional a partir de 2006 são umas das mais importantes conquistas da categoria nos últimos anos.

Um importante marco desse processo ocorreu em 2003, no primeiro ano do governo Lula, quando se fortalece a tese de uma campanha articulada unindo toda a categoria. Os bancos públicos voltam a negociar reajustes, aumento real e outras conquistas na data-base, diferentemente de boa parte dos anos 90 (era FHC), quando sequer a reposição da inflação era negociada. Para os bancos privados, o resultado também é satisfatório, com a volta dos aumentos reais (índices de reajuste superiores à inflação do período). Nos últimos anos, houve também grande avanço em relação à PLR, notadamente nos bancos públicos.



Ao analisarmos apenas o lado econômico, constata-se que a partir de 2004, quando os então 400 mil bancários passaram a lutar na mesma campanha, os banqueiros da rede privada foram pressionados a reajustar os salários acima da inflação e o governo foi pressionado a cumprir os reajustes salariais para os bancários dos bancos públicos. Veja a evolução dos reajustes na tabela abaixo.

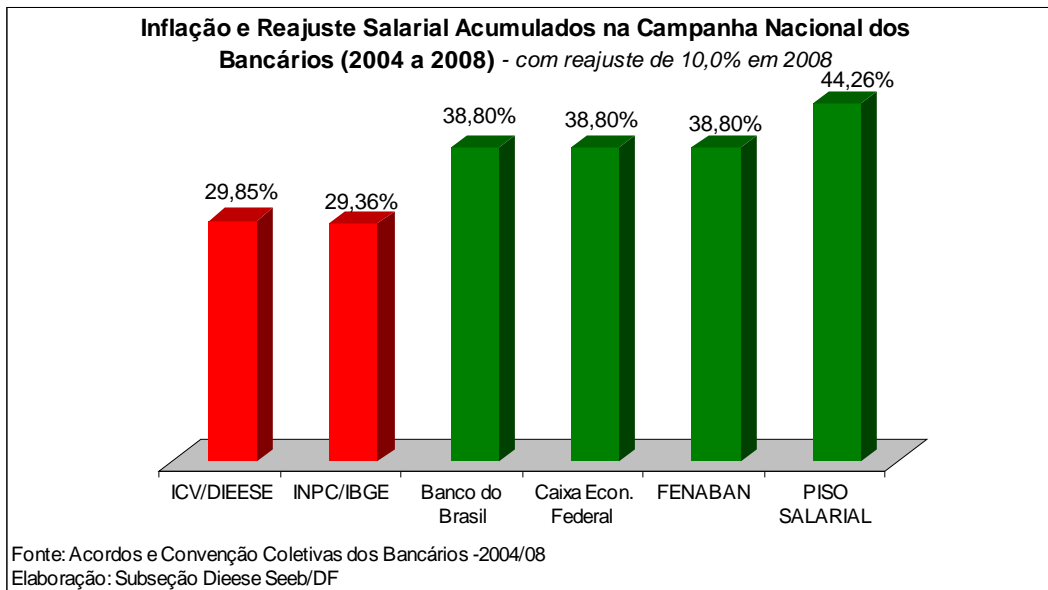
CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS - 2004 A 2008

	INFLAÇÃO		Reajustes Salariais			GANHO Pelo ICV/DIEESE	REAL Pelo ICV/DIEESE
	ICV/DIEESE	INPC/IBGE	Banco do Brasil (BB)	Caixa Econômica Federal (CEF)	FENA BAN		
data-base 2004	7,82%	6,64%	8,50%	8,50%	8,50%	0,63%	1,74%
data-base 2005	4,89%	5,01%	6,00%	6,00%	6,00%	1,06%	0,94%
data-base 2006	2,80%	2,85%	3,50%	3,50%	3,50%	0,68%	0,63%
data-base 2007	4,41%	4,82%	6,00%	6,00%	6,00%	1,52%	1,13%
data-base 2008	6,97%	7,15%	10,0%	10,0%	10,0%	2,83%	2,66%
Acumulado	29,85%	29,36%	38,80%	38,80%	44,26%	6,89%	7,29%

Fonte: convenção e acordo coletivo dos bancários-2004/08

Obs.: Ao incluir o reajuste de 8,15% em 2008, o ganho real cai para 5,09% e 5,49% em relação ao ICV/Dieese e INPC/IBGE respectivamente. Por outro lado, o piso salarial acumula um reajuste salarial de 44,26% no mesmo período. Com isso, o ganho real é de 11,1% e 11,5% em relação ao ICV/DIEESE INPC/IBGE respectivamente.

Fonte: DIEESE, SEEB-DF.



A estratégia de mesa única de negociações da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) com bancos públicos e privados de um lado e o Comando Nacional dos Bancários, liderado pela Contraf/CUT, de outro, tem garantido um patamar comum de conquistas e avanços para toda a categoria. Este patamar confere à categoria uma força maior e uma blindagem que garante que os principais itens da pauta, sobretudo índices de reajuste e cláusulas econômicas sejam fruto de uma mobilização que envolve não só os grandes bancos mas todo o sistema financeiro. Tal blindagem é fundamental para evitar que determinados segmentos da categoria fiquem isolados e sejam



preteridos em função de situações específicas em alguns bancos ou mesmo em função de mudanças de rumos na política dos governos para os bancos públicos.

Porém, o papel das negociações específicas, de uma maneira geral, deve ser o de tratar de temas importantes para cada segmento que não são tratados nas negociações gerais e que acabam não sendo contemplados na Convenção Coletiva Nacional assinada pelos bancos. É também por essa razão que temos enfatizado nos últimos anos, o processo de negociações permanentes com os bancos. Ao longo do ano, todos os problemas que surgem em cada segmento devem ser resolvidos através de negociações e pautas específicas. No entanto, para que tais negociações sejam efetivas, é preciso que haja mobilização.

Neste ano de 2009, realizamos os congressos nacionais específicos por banco no 1º semestre. BB e Caixa fizeram seus congressos em abril e logo em seguida já iniciaram um processo de negociações para resolver questões específicas com estes bancos. Este processo, proposto há vários anos pelo Sindicato de Bancários de Brasília, se mostrou importante para acumular forças para a campanha nacional no 2º semestre e ao mesmo tempo tentar resolver questões próprias de cada banco evitando uma sobreposição maior entre questões específicas e gerais da categoria em setembro.

9. Unidade e ação sindical em Brasília

Brasília não só concentra um dos maiores números de bancários no país, mas sobretudo, aqui se encontra uma quantidade marcante de trabalhadores nas áreas de direção geral e administração desses bancos, impactando significativamente em como a atuação sindical se configura. Nas outras regiões, essa presença é menor ou mesmo insignificante em relação às redes de agências e demais pontos de atendimento. Ao contrário do restante do país, na base de Brasília, os bancos públicos representam cerca de 80% de todos os bancários e os salários são maiores que a média nacional. É o inverso, por exemplo, de São Paulo, onde a grande maioria dos bancários do BB e da Caixa trabalha em agências, lado a lado com os bancos privados disputando mercado.

Essa heterogeneidade na categoria representa um grande desafio para o Sindicato de Brasília. Buscar a unidade respeitando as diferenças e especificidades internas em cada um desses bancos é o primeiro grande foco da atuação sindical. E questões específicas tem que ser tratadas de forma específica. Concomitante, o movimento tem buscado incessantemente construir uma unidade na categoria capaz de fortalecer cada um dos segmentos e o conjunto da categoria.

As últimas campanhas mostraram o acerto dessa estratégia. Campanhas e greves unificadas passaram a fazer parte da cultura sindical de Brasília. Mesmo o BRB, que tem uma realidade local diferenciada e não tem assento na mesa da FENABAN, participou da campanha junto com toda a categoria, fazendo greve, e fortalecendo o movimento como um todo. Também no BRB, os reajustes obtidos seguiram os índices da FENABAN. Quanto maior nossa unidade maior nosso poder de pressão e mobilização, e conseqüentemente, maior nossa capacidade de obter conquistas.

Outro acerto importante das últimas campanhas foi o fortalecimento de nossa organização por local de trabalho com a participação efetiva dos delegados sindicais, eleitos nos bancos públicos. Os delegados têm sido fundamentais na divulgação de informações e na mobilização da categoria em cada agência e dependência bancária.

Cabe destacar também a atuação do Sindicato em relação ao BRB que passou e de certa forma ainda está passando por um período de indefinição quanto ao seu futuro. A campanha do Sindicato e dos bancários do banco em defesa do BRB público alcançou a Câmara Legislativa e toda a sociedade brasiliense. Até aqui, esta campanha se mostrou amplamente vitoriosa. O governador



Arruda anunciou sua desistência de vender o banco e teve que reconhecer a importância do banco para o Distrito Federal. No entanto, é necessário continuar atento à postura do GDF em relação ao BRB e continuar lutando pela valorização de seus funcionários através do novo PCS e da participação efetiva na campanha nacional dos bancários.

Em Brasília, a ação do Sindicato dos Bancários de Brasília com vistas à campanha nacional 2009 começou cedo. Durante todo o 1º semestre o Sindicato realizou reuniões nas agências e dependências. O Sindicato Itinerante esteve nas principais concentrações de bancários do DF. As eleições para delegados sindicais foram antecipadas e a posse dos delegados ocorreu no último dia 08 de julho. Também foram realizados, ao longo do semestre, cursos de formação de delegados sindicais em parceria com a Escola Sindical do Centro-Oeste da CUT.

Junto com a CUT-DF, o Sindicato apoiou a greve dos trabalhadores da área de limpeza e serviços gerais que trabalham no Banco do Brasil em abril deste ano por melhores condições de trabalho. O apoio à esta luta bem como o apoio à greve dos vigilantes em maio, além de exercitar a solidariedade de classe, procurou, no caso dos vigilantes, garantir segurança nas agências e foi muito importante para dar tranquilidade à categoria mantendo agências fechadas. Ao mesmo, estes apoios permitiram fortalecer alianças com estas categorias que fazem parte do nosso dia-a-dia e também são importantes para o sucesso das nossas greves e manifestações.

Houve também uma consulta aos bancários realizada no mês de junho através do site do Sindicato com a participação de quase mil bancários para identificar as principais reivindicações e expectativas da categoria. Nesta consulta, foram eleitas as seguintes prioridades: aumento real; aumento do piso; PLR maior, e 14º salário. Ainda em relação às cláusulas econômicas, as prioridades são as negociações sobre PCS; remuneração variável; gratificações/comissões maiores; e o não desconto da PLR. Quanto às cláusulas sociais, a expectativa é para um vale-alimentação/tiquete maior; auxílio-creche e auxílio-educação; e garantia no emprego. Em relação às condições de trabalho, a prioridade é o combate ao assédio moral. Outra questão apontada que necessita de discussão é a questão das metas seguida pela luta por isonomia para os afastados em função de doenças do trabalho e problemas de saúde. Quanto ao reajuste salarial, a maioria dos consultados tem uma expectativa de reajuste entre 4 e 10%, sendo que há uma expectativa maior por um reajuste entre 8 e 10%. A inflação prevista para o período é de cerca de 4%. Os consultados também demonstraram uma grande disposição de participar das assembleias e de uma eventual greve.

Outras iniciativas do Sindicato na área de saúde e igualdade de oportunidades com vários eventos ampliaram a atuação da entidade nessas áreas fortalecendo a luta não só por melhores condições de trabalho mas também por uma melhor qualidade de vida.

Por tudo isso, acreditamos que esta campanha, mesmo com as dificuldades que uma conjuntura de crise coloca, tem tudo para ser forte e trazer vitórias e novas conquistas para a categoria.

Sindicato dos Bancários de Brasília